



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 327/2013

Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR autorizado a celebrar contrato de concessão de prestação de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Art. 2º A concessão do serviço público de que trata o art. 1º desta Lei será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo publicará, previamente, ato que regulamentará a outorga de concessão, especificando seu objeto, extensão física, prazo e diretrizes que deverão ser observadas no edital de licitação e no contrato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 02 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

MARCO LIND


Jairo Curi


Pastor Curi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 SET. 2013

King
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 384/2013

Declara de Utilidade Pública o Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2013.

Rossoni
Valdir Rossoni
Deputado Estadual

14442 82/89/2013 007527 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional do Paraná é uma associação sem fins lucrativos, criado por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), do Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional, por meio do seu Departamento Regional (SENAI/PR) e do Serviço Social da Indústria, por meio do seu Departamento Regional (SESI/PR), com sede e foro na Avenida Candido de Abreu, 200, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

O instituto tem como objetivos promover a interação da indústria e dos industriários, contribuir para o fortalecimento e difusão do empreendedorismo, contribuir para o aprimoramento da gestão e da educação empresarial e promover a qualificação de pessoas através da promoção do ensino superior nos níveis de bacharelado, tecnólogo, pós-graduação, extensão, educação à distância, capacitação, treinamento e outras atividades afins, desenvolvendo diversas ações para a consecução destes objetivos.

Diante do exposto, solicitamos a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual para o Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional do Paraná. A documentação encontra-se em conformidade com as exigências da legislação pertinente. Por isto solicitamos apoio de nossos ilustres pares para aprovar o presente Projeto de Lei, por ser do mais justo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 384/2013

Projeto de Lei nº. 384/2013
Autor: Deputado Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública o
INSTITUTO EUVALDO LODI- NÚCLEO
REGIONAL DO PARANÁ, com sede e foro no
Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO EUVALDO LODI- NÚCLEO REGIONAL DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



APROVADO

14/09/13 